

MAPAS ESTADUAIS

DENSIDADE DEMOGRÁFICA 2010

Uma das razões de ser fundamentais da geografia é a de tomar conhecimento da complexidade das configurações do espaço terrestre.

(Lacoste, 1988)

O conjunto de mapas estaduais focando a distribuição espacial da população segundo a densidade demográfica espera contribuir para aprofundar o conhecimento de um dos elementos fundamentais de caracterização das diferenças regionais construídas pelas formas de povoamento do território nacional ao longo de sua história.

Com efeito, o território representa um dos fundamentos e símbolo da identidade nacional, o que torna os mapas estaduais tematizados segundo a distribuição espacial da população uma referência central desta identidade.

Assim, de modo a revelar a complexidade das configurações do território nacional os mapas estaduais de densidade demográfica foram elaborados articulando diversas outras feições de ordem natural, de infraestrutura e de geopolítica, tais como os conjuntos topográficos, hidrográficos, além das rodovias, ferrovias, hidrelétricas e também os limites municipais, das Unidades de Conservação e das Terras Indígenas e as toponímias.

O resultado foi uma representação cartográfica em escala estadual resultante da combinação e superposição dos contornos dos diversos conjuntos espaciais, que permitem tomar conhecimento das inter-relações entre múltiplos processos atuantes no território nacional e que contribuem para informar a distribuição da população no território dos estados.

Os mapas estaduais de Densidade Demográfica 2010 tem o mérito de ser a imagem mais detalhada da distribuição espacial da população brasileira no território nacional.

Nesse sentido, eles revelam as enormes diferenças encontradas nas formas de povoamento do país, sendo, portanto, um registro e um elemento fundamental para a discussão da geografia atual e das estratégias futuras de apropriação e uso dos territórios estaduais e, portanto do território brasileiro de modo geral.

Com as densidades demográficas (hab/km²) mapeadas segundo setor censitário¹, esses mapas

¹ O setor censitário constitui a unidade territorial de coleta das operações censitárias, definido pelo IBGE, com limites físicos identificados, em áreas contínuas e respeitando a divisão político-administrativa do Brasil. Ele é, assim, a menor unidade territorial estabelecida pelo IBGE para fins de coleta do Censo. Para a realização do Censo Demográfico 2010, o território nacional foi dividido em 317 069 setores censitários.

permitem uma avaliação de um padrão espacial construído ao longo do tempo histórico e que ainda hoje distinguem áreas litorâneas, com densidades populacionais mais elevadas, das enormes extensões compreendidas por um interior menos povoado.

Com efeito, quando observados em seu conjunto, os estados possuem nas capitais e em torno de suas maiores cidades as áreas com classes de maior densidade demográfica dos mapas – acima de 100 hab/km² -, nas quais se situam grandes metrópoles, como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília, Porto Alegre, entre outras e áreas próximas intensamente urbanizadas. Nas classes mais altas de densidade demográfica situam-se, também, aquelas próximas ao extenso litoral brasileiro que constituem o testemunho de um passado que implantou próximo à costa os primeiros e mais estáveis pontos de povoamento de uma colônia cujo interior representava o desconhecido a ser conquistado.

A geopolítica de implantação da capital federal no interior do país e o eixo formado entre Brasília e Goiânia e que hoje começa a se articular mais longinquamente com Cuiabá são responsáveis pelos demais pontos de maior densidade demográfica existentes no país, fora das áreas próximas ao litoral, além das capitais, também planejadas, de Belo Horizonte e Terezina, que interiorizaram grandes manchas urbanas dos estados nas Regiões Nordeste e Sudeste. Finalmente, não se pode deixar de mencionar a localização de Manaus, com sua posição singular enquanto extensa mancha urbana situada em posição central da Região Norte e da Amazônia sul-americana.

Além da feição nacional que permite distinguir ainda nos dias atuais a marca da clivagem inicial estabelecida entre o litoral e o interior, os padrões estaduais de distribuição da população são um testemunho de um processo de construção das diferenças regionais brasileiras.

Nesse contexto, o domínio de mais baixa densidade, isto é, de grandes extensões territoriais de densidades demográficas incluídas na classe de até 1 hab/km², abrange os estados da Região Norte, Centro-Oeste e de áreas no interior nordestino, como o oeste baiano e o sul do Maranhão e Piauí, além de áreas contíguas a essa mancha nordestina, situadas no noroeste mineiro e de manchas descontínuas situadas no sudoeste mineiro e nos Pampas gaúchos, de tradição pastoril.

Essa vasta porção do território brasileiro de densidades populacionais muito baixas encobrem, contudo, uma grande diversidade geográfica seja associada mais diretamente às condições naturais, seja à própria dinâmica histórica que alterou funções e usos tradicionais que a sociedade fazia dos espaços menos densos.

Nesse sentido, situam-se nas classes de mais baixas densidades populacionais do território brasileiro, tanto as enormes extensões de cobertura florestal da Amazônia ainda pouco alteradas pela ação humana e destinadas, muitas vezes, a Terras Indígenas ou Unidades de Conservação, como as superfícies intensamente apropriadas e comprometidas com a produção de *commodities*

agrícolas do cerrado do Planalto Central Brasileiro, abrangendo essas últimas áreas não só dos estados do Centro-Oeste como os do Nordeste oriental.

Essas enormes extensões do país vieram, em grande parte, de um passado pastoril/minerador de baixos índices de ocupação, para um presente cuja modernização do processo produtivo produz uma paisagem “vazia” dominada por intensa mecanização agrícola ou especialização pecuária (Mato Grosso do Sul) associada a uma urbanização dispersa e/ou com cidades linearmente distribuídas ao longo dos rios, como no caso da parte ocidental da Região Norte ou, ao longo das estradas, como no Centro-Oeste e porção oriental da Região Norte.

Entre esses dois extremos, permeia um povoamento, representado nas classes intermediárias de densidade populacional do mapa, relacionado ora às áreas de ocupação agrícola mais intensa localizadas em zonas úmidas de estados da Região Nordeste, ora a áreas cuja ocupação agropecuária esteve associada a uma malha fundiária de pequenos estabelecimentos rurais, como no noroeste do Rio Grande do Sul e oeste de Santa Catarina e Paraná.

É novamente a malha fundiária mais fragmentada que responde pelas densidades um pouco mais densas do agreste nordestino e de manchas de pequenos estabelecimentos associados a projetos de colonização públicos e privados distribuídos ao sul do Mato Grosso do Sul, a leste e norte de Mato Grosso e a leste do Pará. Nesse contexto, cabe ressaltar, na Região Norte, duas áreas de malha fundiária mais fragmentadas e de ocupação regional antiga se distinguem nitidamente no Pará (Bragantina) e Maranhão (Vale do Mearim) e na Região Sul, a área de colonização europeia próxima à capital gaúcha.

Finalmente, não se pode deixar de mencionar a forte imbricação existente entre o processo socioeconômico de ocupação dos estados brasileiros com as formas políticas de divisão do território impostas inicialmente pela Coroa portuguesa a suas colônias e, posteriormente, associadas às estratégias geopolíticas de divisão do poder pelo Império e finalmente, pela República federativa e que, de forma direta ou indireta, impactaram o processo de interiorização da população brasileira.

Nesse sentido, os mapas estaduais de Densidade Demográfica 2010 constitui um dos retratos mais fiéis e complexos do Brasil ao absorver em sua configuração espacial a história, o meio natural e o processo político, nesse último incluídos tanto a ação pública sobre o território como as formas da divisão político-administrativa que redesenham continuamente a geografia do povoamento do Brasil.

Cabe observar que os mapas estaduais de Densidade Demográfica 2010 foi elaborado utilizando escalas variando entre 1: 200.000 a 1:2.000.000 que constitui a dimensão de um Mapa em A0 na escala de cada Estado, usualmente elaborado pelo IBGE.

Nos mapas foi utilizada a Base Cartográfica Continua do Brasil ao Milionésimo – BCIM de 2010, temas: Hidrografia, infraestrutura, transportes, Unidades de Conservação, toponímias e pontos notáveis. A Malha Municipal, com os limites das Unidades da Federação e localidades, elaborada pelo IBGE\DGC\CETE na escala 1: 250.000 de 2010, com atualizações de 2013 para os Estados do Pará, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul. O dado sobre Hidrelétricas, produzido pela ANEEL, 2012.

A variável densidade demográfica foi hierarquizada em 10 classes que permitiram identificar desde aquele conjunto de setores censitários de baixíssima densidade populacional, isto é, de até 1hab/km², aos setores de mais elevada densidade populacional, nos mapas identificados entre a classe de 100 hab/km² em diante.

Finalmente, como plano de fundo foi utilizado o relevo sombreado produzido sobre o Modelo Digital de elevação do SRTM de 2000, com resolução espacial de aproximadamente 250x250 metros.

Os mapas estaduais de Densidade Demográfica 2010 estão disponíveis na internet, assim como as informações do número de habitantes (http://downloads.ibge.gov.br/downloads_estatisticas.htm) e de área (http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/default_territ_area.shtm), neles contidas.

BIBLIOGRAFIA

ANEEL. 2012.

IBGE. Atlas Nacional do Brasil Milton Santos. Rio de Janeiro: IBGE, Diretoria de Geociências, 2010, 307 p.

LACOSTE, Y. A geografia – Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Campinas: Papirus, 1988, 239 p.